



Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ

## **ATA DA 63ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ**

1 Aos 17 dias do mês de novembro de 2011, no Salão Nobre da sede do Arquivo  
2 Nacional, na Praça da República nº 173, cidade do Rio de Janeiro, sob a presidência de  
3 Jaime Antunes da Silva, presidente do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, foi  
4 realizada a sexagésima terceira Reunião Plenária do CONARQ. Participaram da  
5 reunião, representando o Poder Executivo Federal: os conselheiros João Batista Ferri de  
6 Oliveira (titular), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Hilário  
7 Figueiredo Pereira Filho (suplente), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico  
8 Nacional – IPHAN; representando o Poder Judiciário Federal: as conselheiras Maria  
9 Cristina Diniz Caixeta (titular), do Tribunal Regional do Trabalho – TRT (3ª Região);  
10 Kathya Scarlet O’Hara Campelo Bezerra (suplente), do Supremo Tribunal Federal;  
11 representando o Poder Legislativo Federal: a conselheira Maria do Socorro de Santa  
12 Brígida Dias Santos, do Senado Federal (titular); representando o Arquivo Nacional: a  
13 conselheira Maria Izabel de Oliveira (suplente); representando os Arquivos Públicos  
14 Estaduais: os conselheiros Cledison de Lima (titular), do Arquivo Público do Estado do  
15 Espírito Santo; Maria Tereza Navarro de Britto Matos (suplente), do Arquivo Público  
16 da Bahia; representando os Arquivos Públicos Municipais: os conselheiros Marcio  
17 Vedana (titular), da Coordenação da Documentação da Secretaria Municipal de  
18 Administração de Porto Alegre; Roberto de Assis Tavares de Almeida (titular), da  
19 Fundação Arquivo e Memória de Santos; Carlos Roberto Bastos Freitas (suplente), do  
20 Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes; Aurora Maia Dantas (suplente),  
21 do Arquivo Central da Prefeitura Municipal de João Pessoa; representando as  
22 Associações de Arquivistas: o conselheiro Daniel Beltran Motta (titular), da Associação  
23 dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro; representando as instituições  
24 mantenedoras de curso superior em Arquivologia: as conselheiras Maria do Rocio  
25 Fontoura Teixeira (titular), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Maria  
26 Leandra Bizello (suplente), da Universidade Estadual Paulista; representando as

27 instituições que congreguem profissionais que atuem nas áreas de ensino, pesquisa,  
28 preservação ou acesso a fontes documentais: os conselheiros Adelina Novaes e Cruz  
29 (titular), do Centro de Documentação e Pesquisa em História Contemporânea do Brasil  
30 – CPDOC da Fundação Getúlio Vargas; Alfredo Tiomno Tolmasquim (titular), da  
31 Sociedade Brasileira da História da Ciência; Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz  
32 Ferreira (suplente), da Associação Nacional de História – ANPUH. Justificaram suas  
33 ausências: os conselheiros Guilherme Alberto Almeida de Almeida (suplente), do  
34 Ministério da Justiça; Janeth Aparecida Dias de Melo (titular), do Supremo Tribunal  
35 Federal; Leda Marlene Bandeira (suplente), do Conselho Nacional de Justiça; Élide da  
36 Costa Silva (suplente), do Senado Federal; Frederico Silveira dos Santos (titular) e Laila  
37 Monaiar (suplente), da Câmara dos Deputados; Maria Esperança de Resende (suplente),  
38 do Arqui Nacional; Paulo Knauss de Mendonça (titular), do Arquivo Público do Estado  
39 do Rio de Janeiro; Isabel Oliveira Perna Almeida (suplente), do Arquivo público do  
40 Estado do Rio Grande do Sul; Marcos Prado Rabelo (suplente), da Associação dos  
41 Arquivistas do Estado do Espírito Santo; Ismênia de Lima Martins (titular), da  
42 Associação Nacional de História – ANPUH; Verena Alberti (suplente) do Centro de  
43 Documentação e Pesquisa em História Contemporânea do Brasil – CPDOC da  
44 Fundação Getúlio Vargas; Dulce Chaves Pandolfi (suplente), da Associação Nacional  
45 de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Participou ainda, como convidada,  
46 Lucia Maria Velloso de Oliveira, da Comissão Organizadora Nacional da I Conferência  
47 Nacional de Arquivos. O presidente do CONARQ, Jaime Antunes da Silva, após a  
48 confirmação de existência de quorum deliberativo, inicia a 63ª Reunião Plenária do  
49 CONARQ saudando os presentes e solicitando que cada conselheiro se apresente, tendo  
50 presente que alguns conselheiros estão no início de seu primeiro mandato. Após a  
51 apresentação dos conselheiros, o presidente do CONARQ inicia os trabalhos, passando  
52 para o primeiro ponto da pauta da 61ª Reunião com a leitura e apreciação das atas das  
53 61ª e 62ª Reuniões Plenárias do CONARQ. Depois das apresentações, o presidente do  
54 CONARQ inicia então a leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, passando a  
55 palavra aos conselheiros para possíveis ajustes. A conselheira Maria Izabel propõe  
56 algumas correções: linha 23, substituir "associações arquivísticas brasileiras" por  
57 "associações de arquivistas". Cita na linha 103, "é aberta a palavra...", sugerindo corrigir  
58 para "é concedida a palavra". Sugere usar pronomes de tratamento aos conselheiros  
59 como sr. ou sra., O presidente do CONARQ intervém dizendo que todos são  
60 conselheiros e o tratamento adequado seria este (conselheiros) para os dois gêneros. O

61 conselheiro Tolmasquim toma a palavra dizendo que tem algumas considerações a  
62 respeito da ata da 62ª reunião. Propõe algumas correções na linha 126, acerca do acervo  
63 Paulo Freire; em outra observação menciona a passagem da qualificação da Câmara de  
64 Paleografia e Diplomática como Câmara Técnica. Na linha 171 e 172, comenta a  
65 respeito da forma escrita "a situação está sendo analisada...", em que alude que seria  
66 uma interrupção do raciocínio frásico. Continua, propondo " a coordenação vai analisar  
67 o assunto ou vai estudar o assunto", sendo este relativo à reestruturação da dita Câmara  
68 para inclusão de novos nomes, finalizando o item. A conselheira Maria do Socorro  
69 sugere uma correção na linha 213, onde diz "prestação de contas com gastos de  
70 passagens.", e indaga por que somente gastos com passagens e a ausência de prazo  
71 intermediário; a conselheira Maria Izabel retorque que, na reunião anterior, houve uma  
72 proposta de alteração de aspectos relevantes dos referidos códigos como a  
73 temporalidade e prazo de guarda. A conselheira Maria Izabel ainda sugere alteração na  
74 linha 22 "associação de arquivistas", e na pág. 84 propõe alterar "Lacerda" para "sr.  
75 Lacerda". Indica alteração na linha 128, para "serão objeto de um único decreto..."na  
76 linha 184, sugere correções em todo o parágrafo, passando depois a versão corrigida até  
77 a linha 194 para a equipe do CONARQ; sugere correção, também, na linha 208 até a  
78 219, em que se discute uma proposta nova de resolução para o Conselho, em que diz  
79 não haver uma conclusão a respeito do assunto, se foi aprovado ou não. Na linha 218,  
80 onde está MPOG, a conselheira diz que a sigla correta é MP. Da 211 até a 220, não  
81 haveria uma decisão registrada para a proposta apresentada. A conselheira propõe ainda,  
82 na linha 255, correções na indicação da lei, e nas outras indicações dos atos. Feitas as  
83 correções, as atas foram aprovadas. Prossegue para o 2º ponto de pauta com a  
84 apresentação da Câmara Técnica de Capacitação em Recursos Humanos - CTRH,  
85 passando a palavra para a senhora Adriana Cox Hollós, presidente da referida Câmara  
86 que inicia, apresentando a nova proposta de atuação da CTRH, bem como informando o  
87 perfil dos novos membros abrangendo as áreas de educação/treinamento, arquivologia e  
88 ensino à distância. Na sequência, afirma que o projeto pedagógico de EaD, a partir de  
89 um design educacional, delinea de forma geral os objetivos pretendidos, que são o  
90 ensino da gestão de acervos documentais, processamento técnico e preservação, além da  
91 questão envolvendo a utilização dos arquivos e das ferramentas de ensino à distância.  
92 Observa que o projeto pedagógico tem sido desenvolvido de forma cooperativa.  
93 Menciona, também, que a plataforma de trabalho escolhida foi o Moodle - um software  
94 livre que, inicialmente, será utilizado como ambiente de aprendizagem, tendo por meta

95 a percepção da potencialidade dessa ferramenta. A Sra. Adriana apresenta o programa  
96 ao plenário, indicando as principais ferramentas técnicas, ressaltando seu potencial  
97 interativo e a necessidade de uma identidade gráfica para o ambiente de aprendizagem a  
98 ser proposto. Destaca a produção de vídeos demonstrativos, podcasts, textos de apoio e  
99 links relacionados ao tema. O curso-piloto proposto deverá ter, inicialmente, de 60 a  
100 100 horas, carga horária dada em função do conteúdo, do design educacional e do  
101 entendimento dos especialistas da CTCRH, tendo em vista que, para cada 60 horas de  
102 curso, são necessárias 200 horas de desenvolvimento de conteúdo. Após a realização do  
103 projeto pedagógico, o grupo de trabalho prevê a elaboração do design educacional ainda  
104 no mês de novembro. Para fevereiro, está prevista a formação de tutores - arquivistas,  
105 conservadores e especialistas da área, Ressalta que ela e Cláudia já fazem um curso à  
106 distância para a formação de tutores, promovido pela Universidade Federal da Bahia-  
107 UFBA. Informa que a estimativa é de que o curso-piloto tenha início em julho de 2012,  
108 e em outubro do mesmo ano, a conclusão do relatório final. Enfatiza que, este é um  
109 projeto-piloto, destacando que será uma excelente ferramenta para a capacitação de  
110 técnicos e profissionais da área, apontando para o aproveitamento dessa iniciativa em  
111 relação a outros cursos futuramente oferecidos. Menciona, ainda, que o objetivo  
112 principal do projeto está centrado na promoção de conhecimentos básicos em  
113 arquivologia, tendo como público-alvo técnicos, estudantes e profissionais interessados,  
114 com escolaridade mínima de nível médio completo e conhecimentos de informática. O  
115 presidente do CONARQ faz algumas observações em relação ao tema. Comenta, ainda,  
116 a respeito da capacitação do servidor público federal, em face a nova lei de acesso à  
117 informação, voltada para uma aplicação mais ampla aos recursos humanos da  
118 administração pública com foco na cultura da transparência, através da gestão e da  
119 organização de arquivos. A conselheira Maria do Rocio relata o fato de que existem  
120 universidades, mantenedoras de cursos de Arquivologia, que já tem longa tradição em  
121 cursos na modalidade EaD. Contesta o perfil do público-alvo, considerando ser uma  
122 proposta para aperfeiçoamento do projeto. O presidente do CONARQ, intervém,  
123 dizendo que o projeto está sendo apresentado pela primeira vez, sendo experimental, e  
124 concorda com a preocupação em relação ao público a ser atingido, porém sublinha a  
125 necessidade do foco na capacitação do agente público envolvido em vários programas  
126 de governo. Em relação ao projeto, observa a necessidade de envolver o MEC e as  
127 Universidades, integrando a esse grupo as reflexões já desenvolvidas. A senhora  
128 Adriana considera os comentários pertinentes, mas informa que, neste momento, o que

129 se propõe é um curso de atualização para técnicos e profissionais que atuam em  
130 arquivos, não havendo necessidade de cumprir-se a orientação do MEC de prever 80%  
131 das atividades à distância e 20% presenciais. Salienta que, em relação ao MEC e aos  
132 cursos de Arquivologia, o envolvimento destes será concretizado tão logo haja a  
133 viabilização do grupo de trabalho para a discussão dos aspectos legais e operacionais,  
134 visando a implantação de um curso de formação do técnico de nível médio em momento  
135 posterior ao piloto. Na sequência, pondera a respeito do nivelamento dos estudos  
136 propostos, a partir desse projeto-piloto. O conselheiro João Batista, ressalta que a  
137 evasão dos cursos de EaD é significativa por diversos motivos, como por exemplo, a  
138 baixa interatividade, o conteúdo difícil e o nível de escolaridade do público-alvo.  
139 Questiona como será o gerenciamento desse ambiente de trabalho, em função da  
140 customização da plataforma, definição do conteúdo e acesso pelas pessoas com  
141 deficiência. Menciona o problema da padronização da plataforma, como recurso público  
142 para a viabilização nos diversos ambientes de EaD. Conclui, sugerindo que o público-  
143 alvo deve estar bem direcionado e as pessoas vinculadas às instituições públicas. A  
144 senhora Adriana responde que ao projeto é piloto e que não convém enfrentar essas  
145 questões nesse momento inicial. A conselheira Maria Izabel indaga a respeito do critério  
146 da seleção e questiona se existe algum tutorial como apoio à entrada no curso. A  
147 senhora Adriana responde que a opção foi pelo público que já deteria o conhecimento  
148 mínimo necessário para participação, avaliado por meio de teste online. A conselheira  
149 Maria Izabel propõe que o critério passe pela comprovação formal desses pré-requisitos  
150 e não por um questionário. A conselheira Maria do Socorro acompanha o  
151 posicionamento da conselheira Maria Izabel. O presidente do CONARQ chama a  
152 atenção relativamente à diversidade e à complexidade que envolvem toda a questão, e  
153 aponta para a necessidade de estímulo aos arquivos estaduais, propondo uma campanha  
154 do CONARQ nesta direção. Afirma que estes estímulos são importantes à formação dos  
155 profissionais necessários para a área de arquivos voltada aos projetos de capacitação.  
156 Ressalta que os objetivos da capacitação do programa de EaD da CTRH não são os  
157 mesmos do programa do Estágio Nacional de Arquivos - ENA. Cita a relevância do  
158 momento atual, notadamente a aprovação da Lei de Acesso, a parceria de governo  
159 aberto e a realização da I Conferência Nacional de Arquivos, acenando às universidades  
160 o benefício de suas contribuições. A senhora Adriana volta ao debate, e menciona um  
161 "nó górdio" relativo à incompatibilidade entre o agente multiplicador e a capacitação em  
162 nível básico, sublinhando a dissociação entre o ENA e o curso de capacitação básica.

163 Propõe um sistema híbrido de educação à distância com estágios práticos no Arquivo  
164 Nacional, envolvendo, inclusive, o pessoal de formação básica. Terminada a  
165 apresentação da Câmara Técnica de Recursos Humanos, o presidente do CONARQ,  
166 informa que devido o prolongamento das discussões em torno do projeto de EaD da  
167 CTRH, cancelará a apresentação das outras Câmaras do CONARQ e passará o próximo  
168 item da pauta referente à 1ª Conferência Nacional de Arquivos – CNARQ. A senhora  
169 Lúcia Velloso, relatora do tema em questão, inicia sua apresentação informando que a  
170 1ª CNARQ será realizada de 15 a 17 de dezembro deste ano. Menciona a constituição  
171 de um grupo de transição, tendo como integrantes ela própria, o conselheiro Ivan Neves,  
172 a senhora Carmen Moreno do Arquivo Nacional e o senhor Luis Carlos Colonezi da  
173 equipe de Coordenação do CONARQ, tendo por objetivo preparar a organização da 1ª  
174 CNARQ até a instalação da Comissão Organizadora Nacional; informa que os trabalhos  
175 desenvolvidos pelo grupo concentraram-se na elaboração de documentos para a  
176 contratação dos serviços necessários para a realização da Conferência - o projeto da  
177 produção do evento e o portal da conferência. A senhora Lúcia menciona que o  
178 mecanismo de inscrição foi realizado através daquele portal, a organização da posse da  
179 Comissão Organizadora Nacional; menciona, nominalmente, a composição da mesma,  
180 expondo como característica a representação de diversos Estados, segmentos sociais e  
181 profissionais, esferas de poder e pessoas físicas por sua atuação na área. Continua,  
182 detalhando as principais decisões da reunião deliberativa de 31 de agosto no Ministério  
183 da Justiça, quais sejam: eleição do presidente (Ivan Neves) e vice-presidente (Lúcia  
184 Velloso) dessa Comissão; envio, pelo Ministro da Justiça, de ofício aos governadores  
185 dos Estados organizadores das regionais da Conferência, com vistas a apoiar o evento  
186 no local. Detalha a distribuição dos membros da comissão organizadora em três grupos  
187 de trabalho para a organização e gestão do evento. O primeiro grupo, responsável pela  
188 organização das conferências regionais; o segundo, direcionado à produção de  
189 documentos, responsável pela produção do texto-base da conferência e pelo documento  
190 final; o terceiro é o grupo de funcionamento e definição da programação da conferência.  
191 A senhora Lúcia registra a importância da finalização do texto-base, antes da realização  
192 das conferências regionais, que serviu como a agenda e orientação para os participantes,  
193 além da questão orçamentária e o acompanhamento do envio dos ofícios aos  
194 governadores. Prossegue, ressaltando o caráter deliberativo das conferências regionais,  
195 sendo realizadas cinco em todas as regiões do país, avaliando como um número  
196 satisfatório de reuniões. Ressalta ainda, a importância do espaço político da realização

197 da Conferência neste ano de 2011. Expõe um quadro demonstrativo ao plenário,  
198 descrevendo detalhes regimentais do evento e volta a sublinhar o perfil autônomo do  
199 processo decisório nas regionais, destacando, porém, que esse processo não é conflitivo  
200 com o espírito da própria conferência. A senhora Lúcia refere que foram 84 os  
201 delegados eleitos. A conselheira Maria Izabel pondera que, pela distribuição dos  
202 Estados, a vaga do Rio de Janeiro ocupou a vaga do Espírito Santo em que a senhora  
203 Lúcia responde que o objetivo da sua exposição não atingiria esse ponto. Continua,  
204 relatando que as propostas das regionais foram divididas por eixo temático e definidas  
205 nas plenárias das mesmas. Nesse sentido, entende que as regionais elegeram três  
206 propostas prioritárias e informa que a Regional Centro-Oeste não formulou proposta  
207 para arquivos privados. Ressalta que a idéia é manter, ao máximo, no documento final,  
208 os textos dos relatórios tal qual foram enviados, excluindo apenas as propostas de igual  
209 teor, bem como aglutinando propostas complementares. Na sequência, assinala que o  
210 trabalho nesse momento é de sistematizar e tornar os relatórios mais didáticos. Finaliza,  
211 comentando a realização de reunião com uma empresa de eventos e a organização de  
212 uma segunda reunião presencial, de caráter deliberativo, a ser realizada no AN no dia 21  
213 de novembro próximo. Esta reunião contará com a participação da Comissão  
214 Organizadora Nacional e abordará, inclusive, as questões relacionadas aos delegados  
215 convidados. A senhora Lúcia encerra a sua explanação e o presidente do CONARQ  
216 agradece a exposição, registrando que as informações a respeito do assunto estarão à  
217 disposição dos conselheiros no sítio do CONARQ e em documento a ser enviado pela  
218 equipe da Coordenação do CONARQ com as propostas de interesse do CONARQ;  
219 nesse contexto, indica que, a partir das reflexões apresentadas, poderá se realizar uma  
220 reunião entre o Ministro de Estado da Justiça e o CONARQ, com vistas à encaminhar  
221 os temas apresentados pela Conferência. Observa que para as próximas conferências  
222 deverá haver mais tempo para a organização e prevê um cenário bastante promissor para  
223 os futuros debates. Encerrada a discussão sobre a 1ª CNARQ, o presidente do  
224 CONARQ passa para o próximo ponto da pauta referente a alteração no Decreto nº  
225 4.073, de 3 de janeiro de 2002, solicitada pelo conselheiro Daniel Beltran. O presidente  
226 do CONARQ ressalta que, apesar da relevância da temática - inclusão de representações  
227 do Ministério Público e Tribunais de Contas da União e dos Estados, ampliação do  
228 número de representantes das Universidades que possuem cursos de Arquivologia e das  
229 Associações de Arquivistas no CONARQ, a questão já estaria em apreciação pela  
230 Conferências Regionais e que seria mais conveniente aguardar os resultados e a

231 consolidação das proposições da 1ª CNARQ e, a partir de então, levar as  
232 recomendações ao Ministro da Justiça, abordando possíveis alterações no Decreto nº  
233 4.073, de 2002. Prossegue, asseverando que em consultas realizadas, já se constatou que  
234 a participação dos membros do Ministério Público e Tribunais de Contas em órgãos  
235 colegiados é uma questão não pacificada, o que exigiria estudos mais aprofundados para  
236 a viabilização da proposta. Entretanto, pondera que esta realidade não impediria, de  
237 forma preliminar, o estabelecimento de algum mecanismo de cooperação entre estes  
238 órgãos e o CONARQ, fiscalizando a aplicação das normas e coibindo atos lesivos ao  
239 patrimônio documental e às políticas públicas arquivísticas. A conselheira Maria Izabel  
240 informa que já houve uma negativa de participação de um técnico do TCU em reunião  
241 anterior no Arquivo Nacional pois as decisões do TCU são resultado das discussões das  
242 Câmaras próprias. O conselheiro Daniel Beltran responde que a idéia da proposição  
243 surgiu a partir de uma audiência pública realizada este ano em Brasília, promovida pelo  
244 Ministério Público da União. Ainda segundo o conselheiro, a referida audiência  
245 ratificou a essencialidade da gestão documental para a facilitação de procedimentos  
246 investigatórios, trazendo à tona a abordagem dessa questão para esta reunião do  
247 CONARQ. O conselheiro infere que o assunto é recorrente no âmbito de atuação do  
248 CONARQ, entretanto, concorda que seria mais apropriado aguardar as propostas  
249 aprovadas na Plenária final da 1ª CNARQ para reinserção da matéria na agenda. Por  
250 fim, deixa registrado a importância desse ferramental, sobretudo por meio da gestão de  
251 documentos e dos mecanismos de parceria para um aprimoramento fiscalizatório nas  
252 áreas de atuação do CONARQ. O presidente do CONARQ pactua com o conselheiro  
253 Daneil Beltran e reafirma que o assunto é relevante para as atividades do Conselho e  
254 encerra o ponto. Dando Prosseguimento, convida o senhor Antônio Gonçalves,  
255 presidente da Câmara Técnica de Preservação de Documentos – CTPD, para apresentar  
256 os trabalhos da CTPD 2011. O senhor Antônio relata que, a partir da reformulação da  
257 CTPD em 2008, e seguindo orientação do presidente do CONARQ, os membros da  
258 Câmara concentraram os trabalhos na temática segurança de acervos. Nessa linha, a  
259 equipe escolheu dedicar-se ao tema resgate de acervos documentais danificados por  
260 água, em razão da grande perda de acervos verificada em várias regiões do país,  
261 provocada, especialmente, por catástrofes naturais. O senhor Antônio informa que  
262 encaminhou à Secretária de Cultura de Teresópolis e ao SEBRAE, o documento  
263 produzido para a salvaguarda de acervos danificados por água com objetivo de oferecer  
264 aos órgãos citados orientação sobre as ações a serem empreendidas para recuperar seus



265 respectivos acervos danificados. A conselheira Adelina informa que o documento já está  
266 sendo utilizado, em ações preventivas, na execução de obras na própria Fundação. Em  
267 seguida, o senhor Antônio solicita a permissão do Conselho para a publicação do  
268 documento. A conselheira Maria Izabel considera que a redação precisa de alguns  
269 ajustes. A senhora Adriana observa que já foram feitas algumas alterações no  
270 documento final, como a remoção da numeração em terceiro nível. Houve grande  
271 discussão entre os conselheiros a respeito da passagem do texto "procedimentos não  
272 recomendados". Como não houve um consenso, o presidente do CONARQ determina  
273 que o texto retorne a CTPD para ajustes de redação e que após sua revisão o mesmo  
274 será reencaminhado aos Conselheiros. Em seguida, a senhora Domícia Gomes, da  
275 equipe de Coordenação do CONARQ, apresenta uma minuta texto de Resolução para  
276 apreciação dos Conselheiros. A conselheira Maria Izabel sugere a correção de  
277 "metodologia básica de procedimentos" para "metodologia básica para adoção de  
278 procedimentos" na referida minuta. Sem mais sugestões de alteração o texto da  
279 Resolução é aprovado. Fica deliberado que o texto da resolução será enviado, por e-  
280 mail, aos Conselheiros juntamente com o texto da Recomendação. A 63ª Reunião  
281 Plenária do CONARQ é encerrada.